



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

----- **ACTA N.º 20/2010** -----

-----Aos dezassete dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dez, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Director do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----**RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA**-----

**DOC. 1**

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 16 de Agosto de 2010 cujo saldo disponível em receita orçamental é de **€ 2.273.745,85 (Dois milhões, duzentos e setenta e três mil, setecentos e quarenta e cinco euros e oitenta e cinco centimos)**, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, considerar justificada a falta do Vereador José Francisco Tavares Rolo, à presente reunião, em virtude de se encontrar no gozo do seu período de férias.-----

**ASSUNTOS**

**1 - ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

**1.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA**-----

**1.1.1 – ABERTURA DE CONCURSOS DE PESSOAL AO SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O Vereador Paulo Rocha questionou o Presidente da Câmara relativamente ao ponto de situação da eventual abertura de concurso público com vista à resolução das situações de pessoal com Contrato a Termo Certo ao serviço do Município de Oliveira do Hospital, considerando que aquele responsável havia assumido esse compromisso por se tratarem de situações que se prevê terminarem, quer este ano, quer nos próximos dois anos, e bem assim pelo facto de estar em causa um processo que poderá envolver alguns procedimentos administrativos que terão de ser presentes em sessão de Assembleia Municipal.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara manifestou a sua preocupação com a situação, referindo no entanto julgar que o processo em causa estará em condições para ser presente ao executivo durante o próximo mês de Setembro. -----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o Vereador Mário Alves referindo que, aquando da discussão da aprovação da primeira alteração ao Mapa de Pessoal, verificou que nem todas as situações haviam sido contempladas, entendendo assim que a Câmara Municipal deve, agora, rever essas situações e promover uma nova alteração ao Mapa de Pessoal com vista à sua inclusão. No que diz respeito ao pessoal de Acção Educativa, entende que os concursos devem ser promovidos à medida das necessidades que se forem verificando dentro nessa área. -----

**-----1.1.2 – ESPAÇO ENVOLVENTE AO DEPÓSITO DE GÁS SITUADO NA PARTE DE TRÁS DO EDIFÍCIO ONDE ESTÁ LOCALIZADA A SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL -----**

-----O Vereador Paulo Rocha disse ter verificado que o espaço junto ao depósito de gás situado na parte de trás do edifício onde se localiza a sede da Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital e bem assim da Farmácia Gonçalves está envolvido de muita vegetação seca, apresentando algum perigo tendo em conta que se trata de uma zona comercial e habitacional, incluindo zona de estacionamento. Julga tratar-se de uma área privada mas alertou a Câmara Municipal para a necessidade de notificar o proprietário para a limpeza daquele espaço uma vez que o local foi ameaçado recentemente por um pequeno foco de incêndio que, caso, não fosse detectado e extinto em tempo oportuno, poderia ter tomado outras proporções. -----

-----O Presidente da Câmara disse ter tido conhecimento da situação descrita através de denúncia efectuada por uma habitante local no passado fim-de-semana, a qual o informou que, apesar daquele espaço ser privado, era a Junta de Freguesia de Oliveira do Hospital que habitualmente providenciava a sua limpeza. Esclareceu no entanto que já dialogou com aquele autarca no sentido de providenciar a limpeza do espaço em causa para evitar problemas no futuro. -----

-----Ainda sobre este assunto, interveio o Vereador Mário Alves referindo que a Câmara Municipal deve, nos termos da lei, notificar o proprietário para promover a limpeza do espaço em causa, lembrando que, caso este não a faça, a Câmara Municipal pode assumir essa responsabilidade e apresentar-lhe de seguida a respectiva factura. -----

**2 - ORDEM DO DIA -----**

**2.1 - DGAI - DIRECÇÃO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA - RECENSEAMENTO ELEITORAL - 2010 - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS -----**

**D.A.G.F./Procº 16**

-----Foi presente pelo Sr. Presidente o ofício nº 15055, de 27 de Julho de 2010, remetido pela Direcção-Geral de Administração Interna, a comunicar que estão a ser processadas, a favor das Câmaras Municipais, as transferências de verbas a que se refere o nº 1 do artº. 72º da Lei nº 13/99, de 22 de Março, na actual redacção. -----

-----Na sequência desta comunicação, o Presidente da Câmara propôs que, depois de recepcionadas, estas verbas sejam transferidas para as Juntas de Freguesia. -----

**-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta. -----**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

**2.2 - REVISÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL** -----

**D.S.T./DOC.2**

-----No seguimento da deliberação camarária de 6 de Julho do corrente ano, que aprovou a proposta de revisão ao Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, e bem assim no seguimento da reunião de Conferência de Serviços realizada no passado dia 11 de Agosto de 2010, da qual resultou a emissão de pareceres desfavoráveis quer pela ARHC Centro – Administração da Região Hidrográfica do Centro I.P., quer pela CCDRC – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Centro, o Presidente da Câmara deu conhecimento ao executivo da realização de uma reunião de Concertação no passado dia 16 de Agosto, na qual, para além da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, estiveram ainda representadas as entidades em epígrafe, no sentido de dialogarem relativamente aos interesses a ponderar sobre o Plano de Pormenor em apreço, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta acta (**DOC.2**).-----

-----Sobre o assunto e com conhecimento prévio da documentação acima indicada, interveio o Vereador Mário Alves referindo que “por indicação da CCDRC foi sugerido que fosse retirado do Regulamento o artigo que fazia referência à Propriedade Horizontal”, questionando o Presidente da Câmara sobre se, por parte dos Técnicos da autarquia já foi realizado algum estudo no sentido de averiguarem se, nos termos do disposto na lei em vigor, é ou não possível haver propriedade horizontal numa Zona Industrial. Justificou a sua questão pelo facto de se tratar de um problema que foi levantado em reunião da Câmara Municipal pelos vereadores eleitos pelo PPD/PSD, estando assim interessado em saber se a legislação em vigor permite ou não que na Zona Industrial possa haver propriedade horizontal. Questionou ainda se “com a Revisão do Plano Director Municipal, o lote que foi anulado para permitir respeitar o parecer da ARH, ou seja, para permitir respeitar a existência de uma linha de água, vai ser recuperado, ou se pura e simplesmente é uma situação definitiva”, realçando a necessidade de saber se se trata apenas de “um artifício para fugir de imediato à alteração do PDM ou se efectivamente se trata de uma solução para continuar no futuro”.

-----Prosseguiu fazendo referência à questão colocada pelo representante da Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro, relativamente à não existência de espécies arbóreas na Zona de Protecção à Zona Industrial, concordando com a mesma quando diz que “não deveria haver restrições a espécies agrícolas existentes naquele espaço, nomeadamente no que diz respeito à manutenção do pomar de maçãs Bravo de Esmolfe”. Questionou o Presidente da Câmara sobre se esse princípio, de não restrição, vai vigorar para qualquer outro tipo de espaço florestal. -----

-----Disse ainda ter verificado que a CCDRC não se pronunciou relativamente ao artigo de excepção criado pela Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, desconhecendo no entanto se a mesma o fez para evitar problemas relacionados com a actual lei em vigor. Assim, e uma vez que aquela entidade não se pronunciou sobre esta matéria, questionou o Presidente da Câmara relativamente ao diploma a aplicar nestas situações.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes tomando uso da palavra referiu que o Regulamento do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, em análise, não prevê afastamentos entre edificações. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que os Regulamentos não se sobrepõem às leis gerais, referindo que “a prova de que não se sobrepõem, é que houve necessidade, tal como eu tinha dito aquando da primeira reunião em que este assunto foi discutido, de se fazer o ajustamento entre todas as condicionantes do PDM existente, e esta revisão do Plano de Pormenor”, realçando a necessidade de se respeitarem as hierarquias legais.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----Disse igualmente verificar que a CCDRC, enquanto que na Reunião de Conferência de Serviços de 11/08/2010 referiu entender que a Avenida Calouste Gulbenkian não deve ser considerada como zona de protecção, em Reunião de Concertação de 16/08/2010 ignorou simplesmente o assunto.-----

-----Relativamente à não necessidade de sujeitar a revisão do Plano de Pormenor à realização de um estudo de Avaliação Ambiental Estratégica, disse ainda verificar que aquela entidade refere concordar com a medida, entendendo no entanto que a mesma deve ser publicamente divulgada.-----

-----O Presidente da Câmara deu conta de que, todas as questões colocadas pelo Vereador Mário Alves foram discutidas na Reunião de Concertação de 16 de Agosto de 2010, pelo que iria solicitar a presença da Arquitecta Alexandra Henriques à presente reunião no sentido de responder às mesmas. Registou no entanto o seu reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido por aquela técnica, salientando que a celeridade com que decorreu todo este processo se deveu precisamente ao seu empenho e dedicação para que o documento em apreço fosse aprovado pelas entidades responsáveis.-----

-----Interveio ainda o Vereador Paulo Rocha que referiu subscrever todas as questões formuladas pelo Vereador Mário Alves. Solicitou no entanto esclarecimentos relativamente às conclusões do 1º parecer da CCDRC, no ponto 8, nomeadamente quando se refere na alínea i) que “*Se a revisão do Plano vier a ser aprovada, a Câmara Municipal deverá proceder a uma alteração por adaptação do PDM, nos termos do disposto no artº 97º do RJIGT*”. Questionou assim que “se isto tem que ser feito, quais os procedimentos administrativos ainda a percorrer pela Câmara Municipal”.-----

-----Tomando uso da palavra interveio igualmente o Vereador José Carlos Mendes que também referiu concordar com todas as questões colocadas pelos senhores vereadores, nomeadamente acerca da propriedade horizontal. -----

-----O Vereador Mário Alves lembrou que o parecer emitido pela CCDRC, registado em acta da Reunião de Conferência de Serviços de 11 de Agosto de 2010, faz sempre referência à necessidade do cumprimento da lei para qualquer situação, frisando que “há diplomas legais publicados sobre a matéria”.-----

-----A pedido do Presidente da Câmara esteve ainda presente a Arquitecta Alexandra Henriques que começou por referir que relativamente à questão formulada pelo Vereador Paulo Rocha, as alterações a efectuar pela Câmara Municipal, no âmbito do PDM, após a aprovação do Plano de Pormenor, deverão ser feitas no prazo de 90 dias. -----

-----Quanto às questões colocadas pelo Vereador Mário Alves, nomeadamente sobre a propriedade horizontal, referiu que a CCDRC entende que se trata de uma questão que terá que decorrer no âmbito da lei geral por considerar que não é matéria do Plano de Pormenor. -----

-----O Vereador Mário Alves esclareceu que aquilo que está em causa “é a dificuldade de poder haver numa Zona Industrial, Propriedade Horizontal”, entendendo assim que “há aqui um conjunto de restrições que cria dificuldades, logo à partida, para a existência de propriedade horizontal, e sobre as quais, tal como referi anteriormente, tenho algumas reservas. Razão pela qual questionei se os técnicos da autarquia já tiveram a preocupação de se debruçar sobre o assunto, porque estas é que são as grandes questões”. -----

-----O Presidente da Câmara referiu que, segundo aquilo que interpretou na reunião em causa, trata-se de uma matéria que é da responsabilidade da Câmara Municipal e que terá de ser devidamente regulamentada pela autarquia.-----

-----A Arquitecta Alexandra Henriques deu conta que a partir do momento que a Câmara Municipal recebeu o parecer emitido pela CCDRC, houve o cuidado de dar conhecimento do mesmo aos técnicos da Câmara Municipal, sendo óbvio que tudo está a ser feito para tentarem encontrar soluções no sentido da resolução do problema. Entendendo contudo que apesar da



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

CCDRC ter sugerido que fosse retirado do Regulamento o artigo que fazia referência à Propriedade Horizontal, aquela entidade não se opõe que sejam feitas propriedades horizontais na Zona Industrial desde que se cumpra a lei geral sobre esta matéria.-----

-----O Vereador Mário Alves recomendou no entanto que “os técnicos da autarquia se debrucem sobre esta matéria e estudem este aspecto, técnica e juridicamente, para nos dizerem se pode ou não haver Propriedade Horizontal na Zona Industrial”.-----

-----Relativamente à anulação de um dos lotes na Zona Industrial, tendo em conta a existência de uma linha de água, a Arquitecta Alexandra Henriques informou que na revisão do PDM aquela linha de água não está considerada em REN, assim como também não está de acordo com o levantamento efectuado em cartografia. Quanto à sua recuperação referiu tratar-se de um procedimento que poderá vir a decorrer via alteração por adaptação ao Plano de Pormenor, dando conta que as entidades responsáveis já se pronunciaram sobre essa possibilidade.-----

-----A Arquitecta Alexandra Henriques reconheceu estar-se no bom caminho para resolver as situações existentes.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu ainda que situações existentes serão legalizadas no âmbito do novo PDM.-----

-----Quanto à Zona de Protecção de Incêndios, a Arquitecta Alexandra Henriques informou que a Autoridade Florestal Nacional se pronunciou favoravelmente, uma vez que todas as Zonas Industriais têm que cumprir a legislação em vigor sobre essa matéria, ou seja, promovendo a gestão da limpeza da sua envolvente numa faixa de 100 metros. Por sua vez a Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Centro referiu que pretendia que ficasse salvaguardado o uso e a prática agrícola nessa área. Esclareceu assim, que em face do exposto, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital e a Autoridade Florestal Nacional não se opuseram a tal prática. No que diz respeito à Avenida Calouste Gulbenkian referiu não existir condicionante legal no novo regulamento e Planta de Condicionantes. Sobre a Avaliação Ambiental Estratégica disse tratar-se de um procedimento que decorre da lei e que o respectivo relatório de isenção de Avaliação Ambiental Estratégica também terá que ser submetido a apreciação pública.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, submeter a proposta de Revisão do Plano de Pormenor da Zona Industrial de Oliveira do Hospital, a Discussão Pública por um período de 22 dias, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta (DOC.2).**-----

**2.3 - PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS:**-----

-----**2.3.1 - CLUBE DE CAÇA E PESCA DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

**D.A.G.F. /Proc.69/4**

-----Requer a isenção do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento da actividade desportiva denominada “23º Convívio de Cicloturismo do Alva”, a realizar no dia 05 de Setembro de 2010, no concelho de Oliveira do Hospital.-----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do Regulamento Geral de Taxas Municipais, isentar o Clube de Caça e Pesca de Oliveira do Hospital do pagamento das taxas inerentes ao referido licenciamento.**-----

**2.4 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS**-----

**A) INSTITUIÇÕES**-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**A-1) CLUBE SEITA TODO O TERRENO**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua ao Clube Seita Todo-o-Terreno, um subsídio no montante de **€ 25.000,00 (Vinte e cinco mil euros)** como apoio à realização da prova “Troféu Enduro das Nações”, que terá lugar nos próximos dias 9, 10, 11 e 12 de Setembro do corrente ano. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, aprovar a presente proposta.**-----

**B) AUTARQUIAS:**-----

-----**B-1) – ANIMAÇÃO DE PRAIAS FLUVIAIS/2010**-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal a atribuição de um subsídio no montante de **€ 2.000,00 (Dois mil euros)** para cada uma das Juntas de Freguesia aderentes ao programa em epígrafe, a título de comparticipação nos custos com o lanche a servir aos participantes nas actividades inseridas no Programa de Animação das Praias Fluviais/2010.-----

-----Sobre o assunto interveio o Vereador Mário Alves que referiu discordar da proposta apresentada, por considerar que a Câmara Municipal, em anteriores mandatos, teve sempre em consideração o facto daquela autarquia ter sob a sua responsabilidade três praias fluviais, atribuindo-lhe um valor mais elevado relativamente àquele que era atribuído às restantes freguesias. Entende assim que a autarquia deveria continuar a fazer essa diferenciação.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes tomando uso da palavra realçou a forma como o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva dialogou com os representantes de todas as associações daquela freguesia no sentido de chegarem a um consenso quanto à eventualidade daquele evento passar a ser rotativo anualmente, fazendo-lhes ver que a verba existente não era suficiente para dinamizar aquela festa, com dignidade, em cada uma das praias fluviais, proposta que foi aceite por todas as associações. Disse igualmente concordar com o Vereador Mário Alves, reconhecendo que, embora a freguesia tenha três praias fluviais, ambas são independentes, verificando-se em todas elas um movimento significativo de pessoas e por isso deverá ser atribuído o valor de € 2.000,00 (Dois mil euros) a cada uma das praias da freguesia de Penalva de Alva a exemplo das restantes.-----

-----A Vereadora Graça Silva esclareceu no entanto que, na reunião realizada nos Paços do Município de Oliveira do Hospital entre o executivo em permanência e os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia do concelho, aquando da definição do Programa para a “Há Festa no Rio” “ficou em aberto essa possibilidade, sendo que o Sr. Presidente de Junta de Freguesia de Penalva de Alva é que ponderou a hipótese do evento se realizar rotativamente pelas praias fluviais naquela freguesia”.-----

-----O Vereador José Carlos Mendes lembrou no entanto que, na sua opinião, a Freguesia de Penalva Alva foi e continua a ser discriminada no que concerne aos subsídios atribuídos para este evento, tendo em conta o número de praias fluviais que tem sob a sua responsabilidade. Contudo, e tendo em conta a solução encontrada pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia, não discorda, face à qualidade do espectáculo organizado, que o montante do subsídio a atribuir seja aumentado para € 4.000,00 (Quatro mil euros) para aquela autarquia, embora reconheça que o valor mais justo seriam € 6.000,00 (Seis mil euros).-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----O Vereador Mário Alves realçou a importância do princípio do equilíbrio, lembrando que não podem comparar-se os lugares anexos a uma freguesia com as próprias sedes de freguesia, discordando do princípio de solução utilizado pelo Presidente de Junta de Freguesia de Penalva de Alva, sublinhando que uma das suas funções é promover a freguesia, que é Penalva de Alva, e não este ou aquele lugar. Salientou ainda que, na sua opinião, “o Presidente da Junta de Freguesia deve apoiar a actividade, todos os anos, na sede de freguesia e, naturalmente, desenvolver também a actividade consentânea com aquilo que é a dimensão dos lugares e anexas”. -----

-----Quanto à realização do Programa “Há Festa no Rio”, o Vereador José Carlos Mendes questionou o Presidente da Câmara relativamente ao objectivo das mesmas, ou seja, se a intenção é promover uma festa nas sedes de freguesia, ou se é criar condições nos diversos lugares turísticos do concelho, nomeadamente na Zona do Alva e Alvôco, para atrair pessoas a esses lugares. Mais referiu que, se o objecto é promover uma festa na sede de freguesia, concorda que se dê apenas um subsídio para a sede de freguesia, agora, se a intenção é promover as praias fluviais existentes na zona do Vale do Alva e Alvôco, entende que não se podem desconsiderar umas praias em detrimento de outras apenas porque na freguesia de Penalva de Alva existe mais do que uma praia. Elogiou no entanto a solução encontrada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Penalva de Alva para a resolução do problema, sublinhando que só assim aquele autarca conseguiu realizar uma festa de qualidade na freguesia de Penalva de Alva. -----

-----O Vereador Paulo Rocha interveio esclarecendo que no anterior mandato havia discriminação no valor dos subsídios em relação aos valores atribuídos para a realização do evento Animação de Praias Fluviais em função do uso ou não de fogo de artifício, em virtude de em determinados locais tal não ser possível. -----

-----Assim, e em face do exposto, o Presidente da Câmara, reconhecendo que se trata de uma situação que necessita de ser revista, propôs à Câmara Municipal a atribuição dos subsídios abaixo mencionados às Juntas de Freguesia aderentes ao programa em epígrafe, tendo a Câmara Municipal deliberado, por todos os membros presentes, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, aprovar a presente proposta.-----

PRAIAS FLUVIAIS	SUBSÍDIO A ATRIBUIR
FREGUESIA DE AVÔ	€2.000,00
FREGUESIA DE ALVÔCO DAS VÁRZEAS	€2.000,00
FREGUESIA DE PENALVA DE ALVA	€3.500,00
FREGUESIA DE SÃO GIÃO	€2.000,00
FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO DA FEIRA	€2.000,00
TOTAL	€11.500,00

-----**DECLARAÇÃO DE VOTO DO VEREADOR JOSÉ CARLOS MENDES**-----

-----O Vereador José Carlos Mendes declarou votar favoravelmente a proposta apresentada, entendendo no entanto que continua a existir um tratamento discriminatório em relação às diversas praias fluviais do Vale do Alva e Alvôco.-----

**2.5 - OBRAS PARTICULARES**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----**2.5.1 - LISTAGEM DOS PROJECTOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS**-----  
D.S.T./DOC.3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 30 de Julho de 2010 e 13 de Agosto de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta. -----

**2.6 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:**-----

-----**2.6.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----  
D.A.G.F./DOC.4

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na actual redacção, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 02 de Agosto e 16 de Agosto de 2010, e que constam da listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta acta.-----

-----Ainda sobre este assunto, o Vereador Mário Alves registou o facto de ter verificado que não foi cumprido o regulamento dos transportes no que diz respeito à cedência dos mesmos nos meses de Julho e Agosto, o qual é impeditivo da cedência a qualquer instituição pública ou privada.-----

**3 - OUTROS ASSUNTOS:**-----

-----Sob proposta do Presidente da Câmara, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, e nos termos do artigo 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de Novembro, na actual redacção, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos:-----

-----**3.1 – SITUAÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL**-----  
D.A.G.F./Proc.53

-----O Presidente da Câmara, atendendo ao teor da Informação Social nº 42, de 17 de Agosto ano em curso, propôs à Câmara Municipal a atribuição ao agregado familiar do Sr. Belarmino Oliveira Lourenço, de um subsídio no valor de € 1.000,00 (Mil euros) para fazer face às despesas básicas do que ficou destruído na sua habitação, sita no Vale do Ferreiro, na cidade de Oliveira do Hospital, na sequência do incêndio que ocorreu na mesma no passado dia 16 de Agosto. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, aprovar a presente proposta.-----

-----**3.2 – ARH CENTRO – ADMINISTRAÇÃO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DO CENTRO I.P. – PROCESSO DE CONTRA ORDENAÇÃO Nº 9/2010 – LOCAL: SÃO SEBASTIÃO DA FEIRA – ARGUIDO: MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----  
D.A.G.F./Proc.27/3

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento aos senhores vereadores da decisão que recaiu sobre o processo de contra-ordenação em epígrafe, dando conta que, face ao montante da coima aplicada, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital vai apresentar impugnação judicial. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA**-----





MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente acta em minuta. -----

-----A presente acta foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respectiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de Novembro de 1963. - -----

----- **CONCLUSÃO DA ACTA** -----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **doze horas**, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, \_\_\_\_\_, na qualidade de secretário redigi. -----

-----**Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 17 de Agosto de 2010** -----

**Presidente**

\_\_\_\_\_

**Vereadores**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_



**REUNIÃO ORDINÁRIA DE  
17 DE AGOSTO DE 2010**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL  
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta acta ao abrigo do  
Decreto-Lei 334/82, de 19 de Agosto.**